

Resenha de: PENIDO, A. STÉDILE, M. E. *Ninguém Regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2021. 166p. ISBN 978-65-5891-010-7.

---

### LIVIA PERES MILANI

O livro *Ninguém Regula a América*, de Ana Penido e Miguel Enrique Stédile, cumpre o papel a que se propõe. A intenção dos autores é não apenas a construção de conhecimento, mas também a difusão do mesmo, de forma a contribuir com a educação popular – assim, os autores buscam atingir não apenas acadêmicos, mas também o grande público. Este objetivo é atingido com um livro breve, de linguagem fluida, que discute bibliografia relevante, conta com contextualização histórica e apresenta importante reflexão sobre o conceito de guerra híbrida, oferecendo aportes a sua aplicação na América Latina. A busca de comunicação com o grande público reflete as trajetórias dos autores. Penido é doutora em Relações Internacionais e Stédile é doutor em História, ambos têm experiência com educação popular e articulação com movimentos sociais.

A obra tem 165 páginas e é dividida em quatro capítulos, além da introdução e das conclusões: o primeiro discute a grande estratégia dos EUA, especialmente após o fim da Guerra Fria, o segundo aborda o conceito de guerras híbridas, o terceiro discute a recente ofensiva dos EUA América Latina, comentando os exemplos de Bolívia, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Venezuela, e o quarto analisa a experiência brasileira, identificando fontes da desestabilização no país desde o golpe de 2016.

O argumento defendido é claro: no curto prazo, o processo de declínio relativo dos Estados Unidos não garante maiores possibilidades de autonomia para a América Latina, ao contrário, significa uma renovada expansão “neocolonizadora e neoliberal” sobre a região, que se vale especialmente das intervenções indiretas como forma de mantê-la subordinada (Penido, Stédile 2021, p.22). Nas palavras dos autores: [...] “os EUA se voltaram novamente para a América Latina, que durante quase uma década [...]

---

**Livia Peres Milani** — Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas — UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Realizou pesquisa na Georgetown University em Washington, D.C, com bolsa de doutorado sanduíche (BEPE) da FAPESP entre setembro de 2018 e maio de 2019. Atuou como Professora Substituta na Unesp - Campus de Franca. É Pesquisadora do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES/UNESP) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos Sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

ousou eleger governos progressistas, sob diversos matizes, que se distanciavam da ideia de um alinhamento automático [...]” (Penido, Stédile 2021, p.22). Trata-se de uma tese que, a luz dos eventos recentes parece acertada, sendo seu reconhecimento relevante para a formulação de Política Exterior dos países da região.

Uma das principais contribuições ocorre a partir da discussão do conceito de guerra híbrida. Este está, possivelmente, entre os mais citados não apenas na academia, mas principalmente pela mídia e por comentadores – nem sempre com a devida reflexão. Trata-se de um conceito disputado, utilizado tanto por analistas de direita, quanto de esquerda, para fazer referências a situações caracterizadas por guerras de baixa intensidade e episódios de mudança de regime nos quais, embora os protagonistas aparentes sejam internos, identifica-se o impulso para a mobilização como vindo de fora.

De acordo com os autores, que se baseiam primeiramente em Korybko (2015), as guerras híbridas são caracterizadas pelo “uso militar combinado de dois elementos táticos ou duas forças de naturezas distintas [regulares e irregulares]” (Penido, Stédile 2021, p.51). Os autores pontuam que o conceito foi pensado para explicar realidades próprias de outras latitudes – a Eurásia – e que, portanto, deve ser objeto de reflexão antes de incorporado às análises sobre a América Latina. Aqui, são frequentes as revoluções coloridas; o uso do direito como instrumento de guerra (*lawfare*); o emprego das tecnologias de comunicação e das redes sociais; e a cumplicidade das elites. Acrescentam que, ao contrário de outras formas de conflito que fazem uso de forças irregulares, as guerras híbridas são uma prática das grandes potências.

Os autores pontuam que o *lawfare* é uma característica própria da América Latina que decorre de seu próprio contexto, marcado pelo apoio local aos EUA já existente no âmbito das instituições nacionais. Em outras palavras, ainda que ausentes em um determinado governo, as forças sociais que se resignam à subordinação frente aos Estados Unidos são um fator constante das sociedades e dos Estados latino-americanos. Os autores ressaltam a identidade de interesses entre as classes dominantes na América Latina e nos EUA e a “mentalidade colonizada” das primeiras. Pensar sobre o papel das classes dominantes locais nas desestabilizações e mudanças de regime é relevante, tendo em vista que as mesmas se beneficiaram e atuaram ativamente em vários casos, muitas vezes convidando a intervenção externa (Tickner 2007).

Assim, ao refletir sobre as especificidades latino-americanas, o livro de Penido e Stédile, problematiza um aspecto do conceito de guerra híbrida como formulado por Korybko (2015): a ideia de manipulação de grupos locais. A abordagem de Penido e Stédile nos aponta que os objetivos das

grandes potências são reforçados pelas elites latino-americanas, que tendem a se voltar para fora. Por outro lado, os autores distanciam-se da interpretação de Piero Leiner (2020), que minimiza a atuação das grandes potências, pensando em uma guerra híbrida “endógena”, desencadeada por Forças Armadas locais.

O livro apresenta duas limitações principais. A primeira refere-se à discussão dos casos. Os mesmos são apresentados de forma breve, mais como exemplos da busca de retomada da hegemonia estadunidense, e existe a necessidade de que sejam debatidos de forma mais sistemática em pesquisa futura. A segunda refere-se ao uso dos conceitos de hegemonia, imperialismo e colonialismo empregados de forma, ao menos aparentemente, intercambiável, sem que os autores proponham uma discussão mais profunda. Embora todos estes conceitos busquem compreender uma mesma realidade empírica – caracterizada pelo domínio dos EUA sobre a América Latina – os mesmos provêm de tradições diferentes e ressaltam explicações distintas para o domínio exercido pela potência.

Imperialismo remete a um resgate da tradição de Lenin que ressalta os condicionantes econômicos e militares, especialmente ativados pelos monopólios transnacionais. Já hegemonia retoma a tradição gramsciana, referindo-se a uma forma do exercício do poder, baseada na coerção e consenso, no qual há negociação e concessões pontuais. O retorno a uma ideia de colonização remete aos estudos pós-coloniais e decoloniais, que ressaltam a continuação de um pensamento e do poder colonial mesmo após os processos de independência.

Outra questão refere-se aos silenciamentos da abordagem escolhida – a perspectiva da “guerra híbrida” dificulta a análise das contradições internas dos governos que são alvo de mudanças de regime. Por exemplo, tendo como base o caso venezuelano, caberia ressaltar as violações de direitos humanos e o protagonismo dos militares na política. Em outras palavras, se a guerra híbrida parte de descontentamentos reais, de onde estes são provenientes? De forma semelhante, as elites latino-americanas são tratadas como bloco, o que dificulta a explicação sobre sua atuação durante o período marcado pelos governos progressistas.

Por fim cabe ressaltar que o livro sugere diversos caminhos de pesquisa. Entre eles, a possibilidade de comparação entre os casos e a pesquisa sobre as condições necessárias e suficientes para a resistência às investidas indiretas de potências na região. Ainda que não corresponda ao objetivo dos autores e ao escopo do livro, uma questão que fica não respondida refere-se ao papel da China. A expansão econômico-comercial da potência asiática na região levanta muitas perguntas instigantes, que podem ser exploradas em outras investigações.

## REFERÊNCIAS

Korybko, Andrew. 2015. *Hybrid wars: The indirect adaptive approach to regime change*. The People's Friendship University of Russia.

Leirner, Piero C. 2020. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. Alameda Casa Editorial.

Penido, Ana, and Miguel Enrique Stédile, 2021. *Ninguém Regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular.

Tickner, Arlene B. 2007. Intervención por invitación. Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. *Colombia internacional*, no. 65: 90–111.

Recebido em 27/08/2021. Aceito para publicação em 17/11/2021.